



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2017/2021**

**ATA NÚMERO OITO**

**----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----**

----- Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Multiusos, reuniu, ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1, do artigo 27º, da Lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**----- Ponto um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente. -----**

**----- Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata da sessão de vinte e oito de setembro de 2018. -----**

**----- Ponto um ponto três) – Período para intervenções. -----**

**----- Ponto dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto dois ponto um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal. -----**

**----- Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação dos documentos previsionais para 2019 – Grandes Opções do Plano e Orçamento – Relatório.**

**----- Ponto dois ponto três) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

**----- Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA. -----**

----- Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi dado início à sessão. A senhora segunda secretária verificou as presenças. Estiveram presentes: José Baptista Rodrigues, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Manuel Fernandes Oliveira, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, Ana Marisa Rebelo Cavaleiro do Bento, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé, Manuel Jo-

ão Ratão Português, Carlos Manuel Meirinho Martins, Sandra Manuela Carvalho Vila, Vítor Américo Calvelhe Pires, Sérgio Lico Bernardo, José Manuel Miranda, Licínio Ramos Martins, Daniel Tomé Ramos, Joana Filipa Carvalho Pires, Adrião Augusto Oliveira Alves, Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Luciano Lopes Alves e José Amadeu Vara Rodrigues. -----

----- Faltaram os senhores membros da Assembleia Municipal: André Fernandes Ramos e Hélder Domingos Ramos Pais, Presidente da Junta de Freguesia de Matela. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, António Jorge Fidalgo Martins, e os senhores vereadores António dos Santos João Vaz, Sérgio Augusto Pires, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes e Valentim Carvalho Sena. -----

----- **Ponto dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto um ponto um) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto um ponto dois) - Apreciação e votação da ata de vinte e oito de Setembro de 2018.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi colocada a ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Tenho aqui um pedido para nomear duas pessoas para integrarem o Conselho Municipal da Juventude. Pedia ao grupo do PSD e do PS que indicassem uma pessoa para fazerem parte deste Conselho Municipal da Juventude”. Ficaram então, nomeadas, pelo PSD, a senhora Joana Filipa Carvalho Pires e, pelo PS, a senhora Alexandra Manuela Freire Brás Tomé. -----

----- **Ponto um ponto três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Municipal Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues. Disse: “No passado dia quatro de dezembro no período da manhã, foi publicado na página oficial do facebook do município de Vimioso, a seguinte partilha que podem visualizar aqui, a expressão “uma ima-

gem vale mais que mil palavras”, faz aqui todo o sentido. Deixo as seguintes questões: O que é isto? Como isto é possível? Utilizar um veículo de comunicação oficial do município para propaganda partidária. Consideramos esta situação inadmissível e esperamos que esclareçam a todos como esta acção aconteceu e qual o motivo da mesma”. -----

----- Para responder usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Estou a tomar conhecimento agora e, em nome do município, vou apurar exactamente o que se passou e, desde já, pedir todas as desculpas. Assumo claramente que a responsabilidade é minha. Primeiro, sou eu o Presidente da câmara. A questão que aqui se coloca é mesmo o símbolo da JSD. Não me parece propaganda partidária porque a referência a que “a sua memória valores e princípios permaneçam sempre presentes” referindo-se a Francisco Sá Carneiro, é genérica. É verdade a personagem está ligada claramente a uma entidade partidária. O uso do símbolo não faz sentido nenhum. Peço imensa desculpa, vou apurar o que se passou”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Vítor Américo Calvelhe Pires. Disse: “Era só para homenagear o Doutor Sobrinho Teixeira que foi recentemente nomeado Secretário de Estado para o Ensino Superior. É um facto que valoriza a nossa região e o interior e desejar-lhe sorte nas suas funções”.

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Sobre esta questão foi também apresentada na CIM uma proposta de congratulação pela nomeação do Doutor João Sobrinho Teixeira. Acho que faz todo o sentido, tratando-se de uma pessoa do distrito com reconhecidos méritos na área do Ensino Superior, tendo sido Presidente do IPB durante muitos anos, até acho que faria sentido, até por uma questão de unidade do território não só do concelho, era os dois grupos municipais em conjunto apresentarem exactamente uma moção de congratulação por essa nomeação para o Governo. Eu fi-lo no dia em que ele foi nomeado, fi-lo pessoalmente porque sou amigo do Doutor Sobrinho Teixeira e reconheço nele as capacidades e os méritos para poder desenvolver um bom trabalho. Foi sempre um amigo do concelho de Vimioso em relações institucionais que é destas que aqui se trata, para lá das pessoais serem excelentes, teve sempre uma atenção com o concelho de Vimioso, naquilo em que, ao Instituto Politécnico era possível fazer. Deixo aqui esse reconhecimento. Já o fizemos na CIM e eu como lhes disse, no próprio dia que ele foi nomeado em

que apareceu a nomeação tive o prazer de lhe telefonar e dar os parabéns desejando-lhe as maiores felicidades”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Convidava os dois grupos do PSD e do PS se querem, de facto, fazer a moção que agora o Senhor Presidente da Câmara aconselhou. Se entenderem que se deve fazer”.-----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Serafim João. Disse: “Na sequência desta homenagem de agradecimento e congratulação deste digníssimo transmuntano que irá defender o nosso distrito e o nosso território junto das estâncias superiores do Estado Português e, na sequência da proposta feita pelo colega de Assembleia Vítor, da minha parte só me resta estar de acordo, não só na sequência do que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, como também as palavras que foram aqui ditas pelo senhor representante do Partido Socialista. Da minha parte, se for necessário fazer um documento e fazê-lo chegar estaremos nessa concordância e ao dispor. De qualquer forma bastará, penso eu, que a Assembleia se pronuncie de uma proposta conjunta. Já foi feita também pela CIM. Acho que todos estamos a ganhar e acho que ele nos merece toda a atenção e que nos represente condignamente como o tem feito até aqui”. -----

----- **Ponto dois) - PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto dois ponto um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à actividade municipal.** -----

----- Todos os membros da Assembleia Municipal estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto dois ponto dois) – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para 2019 – Grandes Opções do Plano e Orçamento - Relatório.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhoras e Senhores membros da Assembleia Municipal  
Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,

## **Passo a apresentar os documentos previsionais para o ano financeiro de 2019.**

### **I – ORÇAMENTO**

O orçamento da receita e da despesa para o ano de 2019 ascende a 12.022.790,00€, assim discriminado:

Receitas correntes: 8.000.022,00 €, Despesas correntes: 7.699.940,00 €, Receitas de capital: 4.022.768,00 € e Despesas de capital: 4.322.850,00 €.

O orçamento cumpre duas regras legais, a saber:

-Regras do Equilíbrio Orçamental, ou seja, as Despesas são iguais às Receitas (o orçamento tem os recursos necessários para cobrir todas as despesas).

- Regra do Equilíbrio Orçamental Corrente: a receita corrente bruta ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Pela observação do Relatório do Orçamento, conclui-se que este preceito se manteve presente e que o saldo corrente regista um superavit de 300.082,00 €, que é superior ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazos (247.516,49€), o qual funcionará no mesmo valor as despesas de capital.

No que respeita ao Orçamento da Receita, a metodologia adotada para a sua elaboração foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de setembro de 2018.

Na elaboração do orçamento municipal para 2019 foram considerados, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, os valores das transferências financeiras constantes no Orçamento de Estado em vigor (2018), nos termos da alínea c) do ponto 3.3.1 do POCAL.

Ao nível das Receitas Correntes, que representam 66,54% do Orçamento, temos:

- Os impostos diretos, que representam 5,84% do orçamento corrente, 70,22% são provenientes do imposto municipal sobre imóveis, 17,30% do imposto único de circulação, 12,41% do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis e 0,06% dos restantes impostos diretos;

- Os impostos indirectos, representam 0,05% do orçamento corrente. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 53,66% destes impostos;

- As Transferências correntes que representam 83,70% das receitas correntes registam um acréscimo de 0,64% face ao valor orçamentado para 2018. A sua proveniência é em 96,36% da Administração Central, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS. Será conveniente referir que grande parte das comparticipações serão provenientes da DGAL, IEFP e outras entidades públicas e dizem respeito ao apoio às despesas provenientes dos ensinos pré-escolar e 1º ciclo, atividades extracurriculares, transportes escolares e outras, respetivamente:

- A Venda de Bens e Serviços Correntes que contribuem em 7,42% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 0,02% face ao valor orçamentado em 2018. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas. As receitas provenientes das rendas contribuem em 3,55% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes de habitação, edifícios e outras.

Ao nível das Receitas de Capital, que representam 33,46% do Orçamento, destaco:

- A rubrica Venda de Bens de Investimento (terrenos e outros bens de investimento), com o peso no orçamento de receitas de capital 0,52%.

- A rubrica Transferências de Capital contribui com 99,47% para o orçamento das receitas de capital e regista um acréscimo de 102,98% face ao valor estimado para o ano de 2018. Este agregado de receitas é procedente, na sua quase totalidade, das transferências da Administração Central e de Fundos Comunitários, que somam ambas 4.000.368,00€.

Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital) do orçamento para 2019, salientamos alguns aspetos:

- A supremacia das transferências provenientes diretamente do Orçamento de Estado, através dos Fundos de Equilíbrio Financeiro, Social Municipal e Participação no IRS que representam 52,42% dos recursos financeiros da autarquia;

- As receitas das transferências provenientes de Fundos Comunitários representam 21,67% dos recursos financeiros da autarquia;

- As receitas próprias representam, em 2018, 11,46% do orçamento da receita e, em 2019, 9,40%.

**Relativamente ao Orçamento da Despesa:**

À semelhança da orientação subjacente à elaboração do orçamento para a receita, projetou-se o orçamento de despesa, com um aumento de 19,68% face ao orçamento previsional do ano de 2018.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 12.022.790.00€, deve ser efetuada numa ótica de comparação com a estimada no ano precedente.

Assim, as despesas correntes atingem o valor de 7.699.940,00€, ou seja, um acréscimo de, aproximadamente, 2,28% em relação ao orçamento inicial de 2018. As despesas de capital atingem o valor de 4.322.850,00€, registando um acréscimo de 71,71% relativamente ao ano de 2018.

As Despesas Correntes representam 64,04% do total do Orçamento.

Temos vindo a salientar que, na sequência da afetação de recursos para a construção de infraestruturas e equipamentos, se segue um ciclo de gestão e exploração, facto que faz aumentar as rubricas do orçamento da despesa corrente:

- As Despesas com o Pessoal registam um acréscimo de 9,87% face ao valor estimado para o ano de 2018.

- A rubrica Aquisição de Bens e Serviços regista um decréscimo de 1,52% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2018.

- A rubrica Juros e Outros Encargos reflete um decréscimo de 20,48% face ao valor previsto no orçamento de 2018.

- A rubrica das Transferências Correntes regista um decréscimo de 11,82% face ao valor previsto no orçamento municipal no ano transato.

- As Outras Despesas Correntes registam um decréscimo de 9,09% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2018.

Ao nível das Despesas de Capital, estas representam 35,96% do orçamento total:

- A rubrica referente à Aquisição de Bens de Capital regista um acréscimo de 92,17% face ao valor estimado no orçamento inicial do ano de 2018.

- As Transferências de Capital demonstram um decréscimo de 32,12% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano de 2018.

- Na rubrica de Ativos Financeiros no ano de 2019 não está previsto qualquer pagamento ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, uma vez que o município de Vimioso já efetuou a capitalização antecipada.

- A rubrica de Passivos Financeiros engloba o montante previsto de amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo e a verba necessária para pagamento ao FEE – Fundo de Eficiência Energética, previsto no contrato de partilha de poupanças líquidas resultante da candidatura POVT-12-0765-FCOES-000027 de eficiência energética na iluminação pública.

### **RESPONSABILIDADES CONTINGENTES:**

Entende-se, por Responsabilidade Contingente, possíveis obrigações que resultam de factos passados e cuja existência, é confirmada apenas, pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob controlo da entidade ou obrigações presentes, que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Face ao exposto, os processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso constam das páginas 20, 21 e 22 do Relatório do Orçamento.

### **DÍVIDA DO MUNICÍPIO**

#### **Serviço da dívida**

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) tem uma expressão de 2,57% no orçamento de despesa.

#### **Previsão do Serviço da Dívida:**

Durante o ano de 2019 são expetáveis ajustamentos a esta previsão, face à variação das taxas de juro Euribor:

Amortizações: 255.000,00 €

Juros e outros encargos: 54.550,00 €

TOTAL (Serviço da dívida): **309.550,00 €**

### **QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL E QUADRO DE MÉDIO PRAZO PARA AS FINANÇAS DA AUTARQUIA LOCAL**

O artigo 41.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro determina que o órgão executivo municipal apresenta, ao órgão deliberativo municipal, uma proposta do

quadro plurianual de programação orçamental, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal apresentada após a tomada de posse do órgão executivo, em articulação com as Grandes Opções do Plano.

Nos termos do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, o QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes:

a) Os limites para a despesa do município; e

a) Projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município.

Os limites são vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente.

Determina o artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro que: “os *elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo*” (onde se inclui o QPPO – quadro plurianual de programação orçamental e o QMPFAL – quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local) “*são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei*”. Desta forma, a aludida regulamentação deveria ter sido publicada até final de janeiro de 2014, o que não aconteceu.

Assim, entendemos que, para o ano de 2019, não estão criadas as condições legais para o cumprimento dos artigos 41.º e 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, por omissão legislativa desde janeiro de 2014 corroborada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP.

## **II – GRANDES OPÇÕES DO PLANO**

No que respeita às Grandes Opções do Plano, importa referir que este documento inclui dois mapas distintos, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano de atividades mais relevantes da gestão autárquica (PAM) e este apresenta o montante total de 6.829.280,00€.

### **PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS**

O PPI é um documento previsional que contém os principais investimentos a realizar pela autarquia.

Na sua elaboração incluíram-se os projetos (ações) assumidos em anos anteriores e não finalizados até ao termo do ano de 2018. Constam, também e como é óbvio, os projetos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

No que diz respeito à classificação funcional, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor global de 4.769.710,00€, sendo que as funções gerais representam 26,67%, as funções sociais 36,66% e as funções económicas 31,35% do PPI.

### **PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS**

O PAM – Plano de Atividades Municipais inclui projetos e ações que, pela sua natureza, não são considerados investimentos diretos, mas relevantes para a autarquia, incluindo também transferências para outras entidades. O PAM engloba despesas correntes e de capital e ascende a um total de 2.059.570,00 €. (Eletricidade, Tratamento de água, Tratamento de Esgotos, Tratamento de Lixos, Apoios aos Bombeiros, Apoio aos Estudantes e Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, Execução de rede secundária de faixas de gestão de combustíveis associada à Rede Viária Municipal).

Termino assim a apresentação dos documentos previsionais para 2019 que, em síntese, tem como metas:

- Garantia da qualidade de vida à população, procurando criar as condições à realização pessoal e profissional de todos, em geral, e de cada um, em particular.

- Procurar, como até aqui, aceder às verbas dos fundos comunitários geradoras de investimento e indispensáveis ao mesmo.

- Jamais comprometer a saúde financeira da Câmara Municipal, por todos reconhecida e que garante a estabilidade governativa da autarquia, sem prejudicar o presente e o futuro dos munícipes.

A concretização destes planos e orçamento depende, em primeiro lugar, de nós executivo, mas também desta Assembleia e, em termos gerais, de todo o concelho.

Tudo faremos para tornar possível aquilo a que hoje nos propomos”.

Disse.

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, colocou o ponto dois ponto dois à votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções dos senhores deputados, Hugo Miguel Jerónimo Ribeiro Rodrigues, Carlos Manuel Meirinho Martins, Vítor Américo Calvelhe Pires, Alexandra Manuela Freire Brás Tomé e Luciano Lopes Alves. Não estava presente no

momento o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade.

**----- Ponto dois ponto três) Outros assuntos de interesse para o Município. -----**

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Hugo Miguel Jerónimo Rodrigues. Disse: “O tema que queria trazer para aqui neste momento é relativamente ao concurso Bebê do Ano, mais propriamente de dois mil e dezoito. Relativamente a esta temática, entendo a medida como uma forma de incentivo à natalidade no concelho de Vimioso. Quero deixar bem claro que sou a favor de toda e qualquer medida que proporcione o aumento da taxa de natalidade no nosso concelho. Devo dizer, também, que concordando com esta medida na sua génese, sou da opinião que a forma de aplicação necessita de algumas alterações para torná-la mais efetiva e eficiente em relação ao seu objetivo. Na minha opinião, o valor monetário que é atribuído não devia ser em dinheiro, mas sim em vales para serem descontados no comércio local do nosso concelho, garantindo, desta forma, que o dinheiro seria gasto exclusivamente no concelho. Defendo, também, que as vacinas que são disponibilizadas deveriam ser ministradas no Centro de Saúde de Vimioso. Se assim não for, na minha opinião, desvirtua completamente a essência desta medida. Gostaria de questionar o executivo da Câmara Municipal, se tem algum estudo sobre a atribuição deste prémio ao longo dos vários anos para verificar se o número de crianças contempladas pelo prémio corresponde ao número de crianças inscritas, por exemplo, no pré-escolar do concelho de Vimioso. Se não existir esse estudo seria importante realizá-lo. Na minha opinião, faz todo o sentido perceber de que forma esta medida tem ou não impacto na taxa de natalidade do concelho de Vimioso e se realmente as contempladas do prémio residem efetivamente no concelho de Vimioso. Sobre o concurso de dois mil e dezoito, soubemos nós, Partido Socialista, que se realizou uma reunião com os candidatos no passado dia trinta de novembro. As informações que nos chegaram devo dizer que nos entristeceu em larga escala e é esse um dos motivos desta nossa intervenção. Para espanto de alguns dos participantes, apareceram na referida reunião candidatos que, embora possam ter os documentos necessários para a candidatura, não residem permanentemente no concelho de Vimioso. Isto porque, infelizmente, não há assim tanta gente no concelho e toda a gente sabe

quem realmente reside permanentemente no concelho, daí o espanto que anteriormente referi por parte dos presentes na reunião. Há dois motivos que facilmente aponto para estas situações, o primeiro é o próprio candidato, ou seja, se não tem efetivamente os pressupostos para se candidatar, não se deveria candidatar, o segundo motivo é a forma leviana como as juntas de freguesia passam atestados de residência com duração superior a um ano, tal como o regulamento do concurso assim exige. Esta situação, a comprovar-se obviamente, desvirtua completamente a ideia da existência deste concurso. Suponho que o executivo da Câmara Municipal de Vimioso tenha acesso aos dados dos candidatos, quero acreditar, confio nos dossiers que os vários serviços da autarquia lhe fazem chegar, e, se tiveram dúvidas, os mesmos vão averiguar. Quero acreditar, também, que o gabinete da Ação Social da Câmara Municipal de Vimioso conhece as pessoas que se candidatam e, como já disse e repito, infelizmente o concelho não tem muita população. Todos nós conhecemos e, se por algum motivo suspeitarem que os documentos apresentados não correspondem com a realidade física e conhecida, alertam para se verificar e comprovar ou não algum tipo de suporte na irregularidade, isto é demasiado grave a comprovar-se. O valor monetário que é atribuído pertence a todos e todos desejamos que seja correta e honestamente aplicado, pedimos encarecidamente ao executivo da Câmara Municipal que averigüe exhaustivamente estas situações. Uma das pessoas visadas nesta situação faz parte da Assembleia Municipal, é deputada do Partido Social Democrata, Sandra Vila. Como está presente podemos averiguar realmente a veracidade das informações de que dispomos. As informações que temos são as seguintes: para o concurso do Bebê do Ano apresenta uma morada do concelho de Vimioso, Argozelo, como tempo superior a um ano, como o regulamento do concurso exige, mas para pagamento do subsídio de transporte das sessões da Assembleia Municipal, supostamente, apresenta uma morada de Bragança. Como pessoas de bem que todos somos, queremos esclarecer esta situação. Gostaríamos, obviamente, que os intervenientes se pronunciassem. Quero deixar bem claro que o que nos move com esta intervenção é apenas e só que se averiguem as informações que nos fizeram chegar para esclarecimento de todas e quaisquer hipotéticas irregularidades. Concordamos todos que a aplicação de dinheiros públicos deve ser feita de forma digna, honesta e completamente transparente.

Acredito que todos corroborem esta visão. Que fique, também, bem claro que o nosso objetivo não foi, não é, nem será levantar qualquer suspeita sobre idoneidade moral e ética de qualquer pessoa ou instituição, mas sim, como já referi e reitero, averiguar as informações de que dispomos”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “Agradecer a intervenção, dizer-lhes que foi sempre objeto de alguma polémica o regulamento, porque não há nenhum regulamento perfeito, não há, tal como quando atribuímos apoios apenas nos baseamos em documentos oficiais que é o IRS das pessoas. Acredito e aceito que possa, por vezes, na atribuição dos apoios existir alguma injustiça. Os meus pais foram sempre funcionários públicos e, portanto, nunca puderam fugir à declaração dos seus rendimentos e se nós, os filhos, teríamos apoios ou não, dependia dos rendimentos dos pais. Não podiam fugir. Toda a gente está a perceber o que eu quero dizer. Relativamente ao concurso do Bebé do Ano, dizer que o regulamento inicial foi já objeto de alteração em anteriores mandatos. Apertando mais a malha, obrigando a que a residência fiscal dos progenitores ou de um deles fosse, há mais de um ano, no concelho, o que numa fase inicial não era isso exigido. Em termos de residência, cada um falará por si, obviamente. Eu quero-lhe dizer que tive dois filhos, tenho residência fiscal em Algosó, podiam ter concorrido ao prémio Bebé do Ano e não concorreram. O que nós pusemos foi a residência fiscal. Como sabem, legalmente, um cidadão pode ter mais que uma residência, há uma que é a residência fiscal, mas em função das funções que desempenha, de uma ou de outra forma, pode ter mais do que uma residência. Por isso disse, e bem, cabe aos senhores presidentes e às senhoras presidentes da junta de freguesia, emitirem as respetivas declarações. Nós queremos acreditar que são idóneas e que são verdadeiras, e por isso existe no regulamento do Bebé do Ano um júri do concurso. É esse júri que avalia se as declarações são ou não verdadeiras. Quanto à questão do Centro de Saúde, há muita gente, por exemplo, de Argozelo, que provavelmente porque trabalham em Bragança, os filhos são seguidos no Centro de Saúde em Bragança. Isso pode acontecer, aliás estamos a falar de uma ULSN em que o Centro de Saúde de Vimioso integra essa ULSN. Relativamente às vacinas, referir que elas têm que ser adquiridas nas farmácias do concelho. Quanto aos mil euros em vale de compras no concelho, continua aquilo que nós atribuímos como prémio em termos materiais que são

as vacinas. Nós compramos porque é a câmara que paga diretamente às farmácias. Relativamente ao prémio monetário, se é um prémio, eu acho que as pessoas são livres de fazerem o que quiserem com ele. É a minha opinião, respeito as outras opiniões, mas é a minha opinião. Quanto a isso, verificar-se-á, apresentar-se-á esta questão que foi levantada ao júri do concurso para ver. Se as candidaturas respeitarem o regulamento, não resta outra solução ao júri se não aprovar as candidaturas ao prémio de regulamento do Bebê do Ano, como qualquer um de nós. Já fui júri, noutros tempos, como qualquer um de nós fosse júri, evidentemente que há situações desse género, houve muitas mais no passado como disse, passaram a ser menos, mas infelizmente isso depende da consciência de cada um. Só para terminar, relativamente ao pré-escolar, o pré-escolar começa aos três anos, ninguém nos garante que um bebé que tenha nascido este ano que daqui a três anos esteja no concelho, ninguém nos pode garantir isso. Eu diria que, mais de noventa por cento, acabam por frequentar cá o pré-escolar e até o primeiro ciclo, agora estou a falar desde que implementamos regras mais apertadas no concurso. Aplicar regras ainda mais apertadas do que essas, se tiverem alguma ideia para porem ainda regras mais apertadas, nós temos que fazê-las a partir de documentos oficiais, não podemos fazê-la da observação empírica, tem que ser com documentos oficiais porque isto é um regulamento. Tem que haver documentos oficiais, eu posso estar a viver temporariamente noutro local, porque agora o meu local de trabalho é aquele mas a minha morada é esta. Aconteceu assim várias vezes e, provavelmente, se nunca mais regressarem aqui ao concelho definitivamente, é bem provável que quando passado algum tempo eles deixem de residir no concelho, mas isto são as contingências de qualquer regulamento.-----

----- Usou da palavra o senhor membro da Assembleia Municipal Manuel João Português. Disse: “Todos sabemos e tivemos os convites que houve várias organizações das juntas de freguesia, nem toda a gente pode ir a todas. Seria bom se não for nesta Assembleia, em Assembleias próximas, cada um, cada presidente de junta porque são eles que organizam essas manifestações, fazerem um balanço para todos ficarmos a saber o que acontece. Acontecem coisas boas nas nossas freguesias e nem toda a gente tem conhecimento disso. Também felicitar e dar os parabéns, mas dizem assim isso são funções próprias não tem nada que dar os parabéns, mas nós quando fazemos anos da-

mos os parabéns e não fazemos nada por isso, quanto mais tantas manifestações. Queria lembrar à Câmara Municipal que se fez uma grande obra no rio Maçãs, aquilo fica bonito, tem muita água agora. Lembrar, também, e fazer ver às organizações ambientalistas que a água é fonte de vida. Põem tantos entraves para fazer obras nos nossos rios, a água é boa para as pessoas, é boa para os animais a fauna do Maçãs de certeza que vai crescer”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A obra no rio Maçãs tem a ver com o alteamento dos açudes. Foi um concurso público lançado pela Câmara Municipal. Para já a ser custeado totalmente com dinheiros da Câmara Municipal, não há financiamentos, sendo que virá a ser apresentada candidatura para estas empreitadas através da empresa Resíduos do Nordeste, naquela ideia de criar empresa de águas em baixa. Essa obra e também a da ETA (já está concluída no rio Maçãs da nova ETA), vão ser objeto de candidatura a fundos comunitários. Sublinhar que, mesmo não havendo fundos comunitários, as obras têm financiamento assegurado por parte da Câmara Municipal porque são prioritárias. A obra vai ser suspensa porque ela incluiu, também, o alteamento do açude que está a montante da captação principal e, portanto, só no próximo ano, quando houver condições para trabalhar ali no rio, neste momento manifestamente não há essas condições, será alteado. Obviamente que, quem lá for, verifica que o pequeno alteamento que fizemos, aquele que foi autorizado pelos organismos estatais permite claramente ter já uma reserva de água bem significativa e bem maior do que aquela que tínhamos. Oxalá, depois com o alteamento do outro açude e com todas as outras medidas que queremos implementar no sentido de melhor gestão e poupança da água, nós possamos fazer face a anos como alguns que já vieram de seca extrema e que nos causam algumas perturbações no normal funcionamento do abastecimento de água às populações” -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Disse: “Já agora dizer ao senhor Manuel João Português que os ambientalistas progrediram alguma coisa. Noutros tempos, quando se fez o alteamento, não deixavam subir e agora já deixaram subir alguma coisa, deviam ter deixado subir ainda mais, isso era óptimo. Mas enfim, os tempos às vezes são bons e as pessoas começam a pensar um bocadinho, depois há umas catástrofes que tem havido e os ambientalistas chegam à conclusão a que todos nós chega-

mos, a água, de facto, é fonte de vida. Eu vejo, pelas pequenas charcas que fizemos ao longo destes anos, já vejo lá patos, já vejo galinhas de água, peixes já vejo lá muita coisa. De facto, a água é fonte de vida, mas há pessoas que não entendem. Às vezes, começo a pensar: será que não vejo aquilo que eles vêem? De qualquer das formas, quantas mais possibilidades tivermos em reter água melhor”. -----

----- **Ponto três) – PERÍODO PÓS ORDEM DO DIA.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente de Câmara. Disse: “Não havendo intervenções, só dizer-lhes que receberam agora os convites, de hoje a oito dias vamos abrir a Feira de Artes Ofícios e Sabores e, portanto, gostaria que todos estivessem presentes. Depois, também confraternizarmos, todos juntos, num jantar após a abertura da feira”.-----

----- Usou da palavra o senhor vereador Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. Disse: “No fundo, aquilo que aqui quero dizer são uma ou duas questões que me preocupam mas, no fundo, sou levado a começar por falar da forma como correu esta Assembleia Municipal. Em primeiro lugar, entendo que aquilo que se passou a nível da página do facebook do município é importante e tal como o Senhor Presidente da Câmara já falou que irá assumir responsabilidades, gostava que na próxima reunião me esclarecesse quem é a pessoa ou as pessoas responsáveis pela gestão desta página oficial, porque é uma situação extremamente grave o que ali se passou, espero que não se volte a repetir. Depois, fico um pouco decepcionado, desiludido, imaginem que esta Assembleia era feita, por exemplo, na casa da cultura com a plateia toda cheia de cidadãos do nosso concelho, eu acho que ficariam completamente decepcionados. Não houve nesta Assembleia, tanto da bancada do Partido Socialista como da bancada do Partido Social Democrata, mas entendo, dado que a representação do PSD é superior à representação do PS, entendo que deveria ter havido aqui algumas intervenções, mas cada qual é livre de se exprimir. Isto é um documento importante para o nosso concelho para o ano de dois mil e dezanove e, ninguém abriu a boca, ninguém emitiu opinião relativamente ao documento em si. Será que ninguém tem sugestões? Será que ninguém tem opiniões que, no caso delas não poderem ser aplicadas neste plano deste ano, não poderiam ser aplicadas no próximo ano? Vejo que poderá e deverá ter mais contributo dos membros da Assembleia Municipal, quanto mais não seja para justificarem

a senha de presença que a Assembleia Municipal paga. Quanto ao Bebé do Ano, tal como falou o Senhor Presidente da Câmara é uma questão de consciência das pessoas, e acho que houve pessoas aqui que foram visadas e não se pronunciaram. Eu, também, sempre tive residência fiscal em Angueira, tenho duas filhas e não vim receber o prémio, porque entendi, por uma questão de consciência, que não o devia receber e sempre fiz parte dos órgãos da Câmara Municipal. Outro assunto que me preocupa, ninguém falou aqui, e eu acho que a questão que se passou em Borba bem recente são questões complexas, são questões que o município também, de certa maneira, estará ou de uma forma indireta, poderá ser visado sobre a tragédia que ali se passou. Houve notícias no Jornal Nordeste relativamente à estrada de Carção/Vimioso. Passa por ali muita gente, os que vão todos os dias para Bragança, estarão de certa maneira preocupados nesta altura do ano. Por vezes, quando eu vou para aqueles lados fazer alguns trabalhos, olho sempre lá para cima. Porque não, nós, nesta Assembleia, falarmos disto, e aprovarmos um documento de alerta, de preocupação, quanto mais não seja para darmos mais voz ao projeto da ponte, aproveitando esta ocasião, daquilo que se passou em Borba, que mexeu com vidas humanas. Porque não aproveitarmos esta Assembleia Municipal também para nós reivindicarmos e colocarmos o dedo na ferida. Vou dar-vos só um exemplo: na descida do Marão, há uns anos atrás, um meu conterrâneo de Miranda, ia a descer a caminho do Porto, depois de um fim-de-semana, caiu-lhe um pedregulho em cima do carro e despistou-se e bateu de frente contra uma pessoa que vinha a passar e essa pessoa morreu. E, nós, estamos sujeitos que ali possa acontecer uma situação destas. Eu não vi a entrevista do Senhor Presidente na televisão, penso que falou nisso, mas é oportuno atendendo às notícias, à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, à notícia que é publicada, é oportuno esta Assembleia Municipal, na data de hoje, na minha opinião deixar aqui bem expresso um documento relativamente ao estado de tal situação em que se encontra a estrada. Estamos numa época pré-natalícia e como a economia do nosso concelho é o que é, débil, devido às circunstâncias económico-sociais do nosso concelho, faço a sugestão a todos que aqui estão presentes e seus familiares que nesta Feira de Artes e Ofícios decidam por iniciativa própria fazer uns cabazes de produtos locais comprando o azeite, comprando o mel, comprando os queijos, os licores comprando o que entende-

rem que devem comprar, ofereçam aos vossos familiares, aos vossos amigos. Refiro-me aos produtos da terra do nosso concelho porque, de certa maneira de forma indireta ajudando os nossos produtores, estamos ajudar também o nosso concelho. Porque esses produtores lutam no dia-a-dia para manter as suas atividades e para fazerem algum dinheiro para pagarem os seus impostos ao longo do ano. É uma sugestão que deixo e façam o vosso próprio cabaz de Natal, oferecendo, aos vossos amigos e familiares, dessa maneira estão ajudar os produtores do nosso concelho e, com isto termino, desejando umas Boas Festas a todos e um Feliz Natal com saúde.” -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Relativamente à estrada, ao longo destes anos, nós temos feito tudo. Já no período anterior, ao Senhor Presidente da Câmara, nós fizemos várias tentativas para resolver esses problemas do desmoronamento da estrada. Tem-se vindo a fazer algumas obras e continuam a fazer-se. Não é suficiente, de qualquer das formas, para nós o importante de facto era a ponte. Esperamos que a obra vá para a frente e todos nós devemos tentar fazer um esforço e entender que isso será uma obra que, no fundo, é necessária para o nosso concelho e para todos nós”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A intervenção do senhor vereador é uma intervenção política não é uma intervenção pós ordem do dia. É por isso que também vou falar e acho que devemos falar nesta Assembleia. Relativamente à questão da estrada, eu não sei se ouviram, já hoje de manhã, as afirmações do Senhor Ministro, Pedro Marques, das Infraestruturas e Comunicações. Deixou-me extremamente preocupado quando o jornalista lhe perguntou sobre a variante ou a ponte sobre Vimioso/Carção, ele não se comprometeu, vem isso também nos jornais. O que ele veio dizer é que o anterior Governo fez um plano de proximidade em dois mil e quinze antes das eleições que tinha quinhentos milhões, mas não há dinheiro para isso. O que eu fiz, fundamentalmente, não é aproveitando a tragédia de Borba, obviamente porque já o fiz noutras ocasiões, mas atendendo ao que se foi fazendo no país, nós verificamos as nossas infraestruturas, porque uma coisa é construir, outra coisa é manter as infraestruturas, e nós não estamos livres que isso nos aconteça com infraestruturas municipais. Nós fiscalizamo-las mas, a qualquer momento, pode acontecer uma coisa destas. Até já se fala que em Borba

poderá ter sido sequência de um sismo que existiu há uns meses atrás e que pode ter tido interferência ou não. Infelizmente aconteceu. E, relativamente a isso, ainda antes da queda de Borba, no dia dois de novembro, o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vimioso, porque temos estado em coordenação, enviou para a Infraestruturas de Portugal um relatório acompanhado de fotografias dos pontos críticos da estrada nacional regional duzentos e dezoito entre Vimioso e Carção, e deu-me conhecimento também a mim, tendo eu também enviado para o Diretor de Estradas do Norte, o Engenheiro Hélder Sousa e para o Dr. António Rodrigues que é com quem estabelecemos contactos na Infraestruturas de Portugal. Recebemos, ontem, o ofício da Infraestruturas de Portugal a dizer que a estrada é monitorizada diariamente. Vêm lá diariamente gente da IP? Não vêm. Portanto, é mentira que é monitorizada diariamente. Vejam ao que chega o cúmulo disto! É mentira porque quem vai lá sempre que há derrocadas limpar ou é a câmara ou são os bombeiros. Esta é a verdade e que aquilo tem perigos iminentes tem. Oxalá que nunca caia mas se cair e for numa zona de curva como tantos taludes que temos, pode acontecer ali uma tragédia. E se é trágico o que aconteceu em Borba, é trágico se acontecer aqui, e não me venham dizer que são mais importantes as pessoas que infelizmente foram vítimas em Borba do que as que são no concelho de Vimioso. Nessa perspetiva, fui contactado porque também fiz essa comunicação, quer pela RTP quer pela SIC para fazer reportagens sobre o que aqui aconteceu. Uma pequena reportagem da RTP saiu no início do Prós e Contras da passada segunda-feira, se repararem está lá, e sobre a SIC tem vindo a passar, passou com mais frequência nas televisões. Houve um deputado da Assembleia da República, Dr. Adão Silva, pelo menos é ele o primeiro subscritor que apresentou uma pergunta ao Governo. Qual é o estado da estrada nacional duzentos e dezoito, se o Ministro conhece, o que pensa fazer? Quem passa ali vê o que ali está, e não me venham dizer que não é uma aflição, um susto de quem ali passa, porque é. Fico muito preocupado quando o Senhor Ministro vem dizer que não se compromete, mas já não me espanta porque eu estive, no dia da Cimeira Ibérica, com o Senhor Primeiro Ministro que convidou todos os autarcas das CIM's do Douro Terras de Trás-os-Montes e Tâmega para uma reunião em Chaves. Fiz questão de estar na reunião. Usaram da palavra os Presidentes das CIM's e pouco mais, até porque o tempo era pouco, mas também

estava lá o Senhor Ministro Pedro Marques, que é o Ministro das Infraestruturas de Portugal, e sabem o que ele disse? “Esqueçam a guerra das aldeias porque essa guerra já está perdida”. Isto é dito por um Ministro do nosso país, esqueçam a guerra das aldeias porque essa guerra está perdida. O que ele quis dizer claramente é, fixem-se em investimentos que possam ter futuro, o que significa que, na mente dele, estar aqui a pensar em pequenos concelhos, quando fala em guerra de aldeias não é só nas aldeias a que nós chamamos de aldeias é nos pequenos concelhos, isto é dito por um Ministro do Governo de Portugal. Oçam que, também era Ministro, e o vereador Jorge lembra-se quando em dois mil e nove esteve aqui neste auditório o Secretário de Estado do Partido Socialista, Paulo Campos, anunciar a travessia Vimioso/Carção. Verdade, Jorge? Esteve aqui o Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos. E agora vem um Ministro do mesmo Governo e, que na altura, ele também era membro do Governo, dizer que não se compromete. Mudou de opinião assim tão rápido? É esta questão que se coloca, pois o outro lançou o concurso e este não se está a comprometer! É uma tarefa de todos nós, nem que tenhamos de vestir coletes amarelos para exigir a travessia, porque começa a ser complicado este tipo de atitude. E, depois, valorização do interior, uma Secretaria de Estado para valorizar o interior, desculpem lá! Reparem, esta travessia é reconhecida pela CIM, pela antiga Assembleia Distrital de Bragança e por todos os autarcas como a primeira prioridade no distrito, primeiro que a de Vinhais. Está escrito em documentos da CIM que foram enviados para o Governo, está escrito na antiga Assembleia Distrital de Bragança. Quando, no anterior mandato, logo que tomei posse fiz essa proposta na Assembleia Distrital de Bragança, isso está escrito e todos os Governos sabem disso: no distrito de Bragança, a prioridade é Vimioso, ligação à auto-estrada, é essa a prioridade número um. Portanto, usarei todas as minhas forças e todos os meios para que não se faça mais nenhuma sem primeiro se começar esta, porque isto é fundamental. Disse, na reportagem, que passam nesta estrada mais de trinta ambulâncias por dia, porquê? Porque temos uma população idosa, não é só em Vimioso, é em Miranda, é em Mogadouro e até aqui passam ambulâncias de Freixo de Espada à Cinta. Nós temos uma população idosa, todos os dias precisam de cuidados de saúde, nós vemos muitas vezes a VMER vir ao nosso concelho e depois, quando chega aqui de Carção para Vimioso, vem com a

velocidade que vem qualquer outro, não pode vir a mais. Se a VMER, que é de emergência, devia vir com a rapidez maior não pode vir e, ainda não começou a gear, quando começar a gear vai ser bonito! Nós sabemos disto e, é nestas alturas, que nós os que aqui estamos temos que, seja em que situação for, despir a camisola partidária e vestir a camisola do concelho. Porque o estudo do impacto ambiental já está na Agência Portuguesa do Ambiente, ainda ontem falei com o engenheiro da TPF que foi a empresa que ganhou o concurso para fazer o projeto. O que ele me diz é que a Agência Portuguesa do Ambiente que quando apresentaram o estudo correu muito bem. Disse-me ele: não me lembrava de ter apresentado um estudo há muito tempo que corresse tão bem. E correu bem porque o ICNF envolvemo-lo, tivemos várias reuniões com o ICNF, aqui na câmara de Vimioso, no sentido de ajudarem para depois não criarem obstáculos. Se forem à página da APA, tem lá tudo, tem lá o projeto, vejam os anexos tem lá dois anexos um assinado pelo Professor Carlos Aguiar do IPB, e outro por uma empresa ORIOLUS Consultoria Ambiental. Esses dois pareceres, que era obrigação da Infraestruturas de Portugal tê-los arranjado, arranjou-os a Câmara Municipal de Vimioso para ultrapassar os problemas e, graças a esses dois pareceres, o ICNF considerou que da parte deles estava tudo resolvido. Tem a ver com a planta e tem a ver com as aves rupícolas, com os lobos e de todas essas questões de fauna. E, portanto, esses esclarecimentos serão dados ainda durante este mês, e inicia-se o período de discussão pública. Estou em crer que, lá para março se tudo correr bem, a APA estará em condições de emitir a declaração de impacto ambiental. E, fazendo uma declaração positiva, a empresa que ganhou o concurso só tem que fazer o projeto. Depois, se isso vier a acontecer com a normalidade, só falta o Governo tomar a medida de lançar o concurso para a empreitada. Depois, não pode haver desculpas de ratos, nem de águias nem de plantas. Depois da declaração de impacto ambiental positiva, ou o Governo lança a empreitada ou não lança e, aí, é uma tarefa de todos nós batermos o pé, porque, até aqui, vinham sempre com a desculpa não há estudo de impacto ambiental, não podemos lançar concurso, a verdade é que era essa, foi o que aconteceu com os açudes do Maços e do Angueira. No tempo em que o Senhor Presidente da Assembleia era Presidente de Câmara, só deixaram altear até certo nível e depois exigiam estudo de impacto ambiental. Sabem o que acontecia com o estudo de impacto ambiental

ali relativamente à água, chumbava! Chumbava, não tinha outra hipótese. E, por isso mesmo, é que teve que haver uma seca extrema para perceber que é preciso altear os açudes, têm que perceber que há alterações climáticas para perceber que é necessário altear os açudes, e, certamente, deveriam ter sido alteados muito mais, mas alteamos ao limite do que foi autorizado. Quer dizer, o que nós temos é Governos, e agora tanto faz ser de uma cor como de outra, Governos que não conhecem a realidade local, desconhecem-na completamente, não conhecem e, depois, põem-se a gerir como se conhecessem melhor que nós a realidade local. Então, se todos os autarcas do distrito de Bragança consideram que a infraestrutura prioritária no concelho é esta nossa ligação, como é que há um ministro que diz que não se compromete com isto. Não quer fazer investimentos no interior, não quer fazer investimentos no distrito de Bragança, eu pergunto: que investimentos foram feitos no distrito de Bragança nestes últimos anos? Digam-me lá, quais foram? Não há! O problema é que quando se fez o IC5 e a A4, em que eu sou favorável, esqueceram-se de dois concelhos, Vinhais e Vimioso. É mau planeamento. Eu reconheço que o IC5 e a auto-estrada são fundamentais, até para nós, agora nós queremos é chegar rápido à auto-estrada. Já agora, ensino secundário (só para terem conhecimento disto) eu estive com o Senhor Ministro da Educação que esteve aqui no distrito, na abertura da feira da castanha em Vinhais, e voltei a falar com ele e a dizer-lhe: Senhor Ministro tenho este problema do ensino secundário. É ensino obrigatório e os alunos do concelho de Vimioso, há muitos que estão a pagar táxi, cento e tal euros por mês de táxi, para irem cumprir a escolaridade obrigatória. Isto é injusto, porque os dos outros concelhos têm ensino secundário e os pais não têm que gastar este dinheiro. Se o ensino não fosse obrigatório, muito bem, só vai estudar quem quer, mas agora é obrigatório. Ele disse: senhor Presidente vamos ter que trabalhar em conjunto, vamos fazer esse trabalho em conjunto. Segunda-feira, mandei-lhe um ofício, exatamente a dizer-lhe: somos defensores do ensino secundário em Vimioso, é possível implementá-lo, porque se há professores de Miranda do Douro que vão dar aulas a Sendim, e de Bragança a dar aulas a Izedo, porque não há-de haver professores de Miranda, de Mogadouro ou de Bragança a dar aulas a Vimioso? Por exemplo, Filosofia aquelas disciplinas que são específicas do ensino secundário, qual é o problema? E depois disse: não implementando o ensino secundário,

rio em Vimioso, é necessário encontrar medidas para compensar ou para ajudar financeiramente as famílias e os jovens que têm despesas com deslocação, com alojamento e com alimentação. Porque, quem está numa residência em Bragança tem custos, se tivessem em casa no concelho dormiam em casa dos pais e não teriam esses custos. Também mandei para o Senhor Presidente da República. Só para lhes dizer o seguinte: há cerca de oito dias, recebemos um ofício do gabinete da Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação, em que o Chefe de Gabinete diz: este assunto foi remetido pelo gabinete do Senhor Ministro para a Secretaria de Estado e nós remetemos para a rede de reordenamento escolar para avaliarem. No dia seguinte, chega um ofício do novo Senhor Delegado Regional de Educação do Norte (que tomou posse há pouco mais de um mês). A data do chefe de gabinete é de treze ou catorze de novembro, a data do Delegado Regional é de treze ou catorze de novembro, são os dois da mesma data, e o Delegado Regional diz assim: por despacho superior da Senhora Secretária de Estado e Adjunta da Educação, foi dado parecer desfavorável à implementação do ensino secundário em Vimioso. Aqui nem estradas nem comboios, nem aviões nem nada! “Os aviões só passam lá em cima, não temos nada e acham que isto é normal. É o que eu digo, foi toda a vida e vai continuar a ser. Eu sou contra todas as ditaduras, mas foi durante as ditaduras que se fizeram estradas em Vimioso, não foi depois. A estrada de Carção não foi feita antes do vinte e cinco de abril, foi? A que vai para Algosó não foi antes do vinte e cinco de abril, foi? A que vai para Miranda não foi antes do vinte e cinco de abril, foi? Ou seja, nós em democracia nunca tivemos nada, em termos de rodovias. Nunca cá chegou o comboio ficava em Duas Igrejas, mas não passam cá, aqui não passa nada, eu não percebo como é que depois de fazerem a A4 e terem feito aquela ligação até Outeiro não continuaram. Vocês sabem que o primeiro trajeto do IP4 passava em Carção? Ainda há documentos sobre isso mesmo no ministério. É evidente que Bragança puxou para a capital de distrito, e percebe-se, é capital de distrito, e a auto-estrada volta a passar ali. Então, não tinha já lá o IP4, não podia passar mais a sul? Podia, mas não passa. Eu não estou a dizer que é específico deste Governo, é de todos. Relativamente à estrada, quando houver declaração de impacto ambiental, projeto concluído, porque a empresa quer concluir o projeto para receber, obviamente, que o projeto depois não fique na gaveta e, aí é, que temos de

estar todos a lutar por esta estrada. Quando o anterior Governo veio cá, o Secretário de Estado, e lhe disse que queria que me arranjasse de Argozelo a Outeiro aquelas curvas perigosíssimas, que queria que fizesse uma variante a Argozelo, olhem, ali ao pé da farmácia do Professor China, temos o problema que é, e eu não peço uma variante, não. Basta ir, dali da rotunda do Calvário a sair à casa do nosso electricista da câmara do Ataíde, basta isso só, por trás das minas, não é preciso vir cá como estavam a pensar ir lá a Outeiro, não é preciso nada disso, não é preciso gastar muito dinheiro ali. E, depois claro, falei-lhe de Carção/Vimioso. Na altura, o Senhor Secretário de Estado disse-me assim: Senhor Presidente, está a pedir três coisas, escolha uma, como quem diz quem pede muito não leva nada! É melhor pedir uma de cada vez. Respon-di, olhe então quero a ponte de Carção porque é a que custa mais e é mais difícil, obviamente. Ele disse: escolha só uma e nós escolhemos essa, e a ver-dade é que veio cá o Primeiro-Ministro, lançou-se o concurso, o concurso foi lançado e está a ser feito o projeto. Há atrasos, nós sabemos que há atrasos, mas a previsão inicial era que a obra comesse em dois mil e dezoito, dois mil e dezanove. Dois mil e dezanove ainda não começou, o que eu disse na altura, e está registado, é que estava descontente com o calendário estabelecido, queria que fosse mais rápido e afinal vêm cumprir o que estava. Eu só espero que, seja este Governo ou seja qual for, que esta travessia seja feita senão é mesmo uma desconsideração, um desrespeito, não é só pela gente de Vimioso é também pelo interior em geral, porque isto não faz sentido absolutamente nenhum”.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia. Disse: “Já mais ninguém quer intervir vamos encerrar esta sessão, desejo a todos um bom Na-tal e um bom Ano Novo”. -----

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada irá ser assina-da pela Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal

---

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

---

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

---